



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARÁ

DIRETRIZES E PLANO DE FISCALIZAÇÃO ANUAL – 2024

Definição: O Plano de Fiscalização Anual é o documento de planejamento estratégico que evidencia a execução das metas e atividades de fiscalização para o ano de 2024 e faz parte das políticas de governança do Sistema CFC/CRCs. Foi aprovado na sessão Plenária nº. 805 do Conselho Regional de Contabilidade do Pará, ocorrida em 26/09/2023.

1 – FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CFC/CRCs

A fiscalização do exercício da profissão contábil é exercida pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade, por intermédio dos fiscais contratados para esta tarefa e pelas pessoas do Sistema CFC/CRCs, excepcionalmente cometidas a essas funções pela Presidência.

Os Conselhos de Contabilidade, por meio da sua Fiscalização, têm como compromisso legal atuar como fator de proteção da sociedade de acordo com os preceitos legais previstos no Art. 2º do Decreto-Lei n.º 9.295/46:

“Art. 2º A fiscalização do exercício da profissão contábil, assim entendendo-se os profissionais habilitados como contadores e técnicos em contabilidade, será exercida pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade a que se refere o Art. 1º.”

Assim, compete à Administração dos Conselhos de Contabilidade garantir o cumprimento da função institucional estabelecida em Lei.

Em conformidade com o Art. 10 do Decreto-Lei n.º 9.295/46 e com o Art. 18 da Resolução CFC n.º 1.612 (Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade), compete aos Conselhos Regionais de Contabilidade, entre outras, as seguintes atribuições:



- a. expedir cédula de identidade para os profissionais e alvará para as organizações contábeis;
- b. examinar reclamações e decidir acerca dos serviços de registro e das infrações dos dispositivos legais vigentes, com relação ao exercício profissional;
- e
- c. desenvolver ações necessárias à fiscalização do exercício profissional, impedindo e punindo as infrações e representar as autoridades competentes sobre fatos apurados cuja solução não seja de sua alçada.

A atividade fiscalizadora visa, primordialmente, valorizar a imagem da profissão, como também a proteção ao usuário da Contabilidade. Para isso, torna-se necessário conscientizar individual e coletivamente a classe, no sentido de valorizar cada um de seus membros, valendo-se, para tal fim, dos meios restritivos e coercitivos que se justifiquem e se coadunem com a dignidade, a responsabilidade e o respeito aos princípios profissionais, fazendo prevalecer sua autoridade no sentido de que as ações fiscalizatórias resultem em benefício à sociedade.

Por esse motivo, deve a Fiscalização:

- a. zelar para que sejam observadas as leis, os princípios e as normas reguladoras do exercício da profissão contábil.
- b. estimular a exatidão, a probidade e a diligência na prática da Contabilidade, salvaguardando o prestígio e o bom conceito dos que a exercem.
- c. cooperar para a integração profissional e a consolidação dos princípios éticos. e
- d. atuar como fator de proteção aos usuários das informações contábeis.

Contudo, para executar essas atividades, os Conselhos Regionais de Contabilidade precisam ter uma estrutura organizacional mínima. A estrutura organizacional do Setor de Fiscalização deve ser delineada de acordo com os objetivos e estratégias estabelecidos para que seja realizada a Fiscalização do exercício profissional de modo eficaz e eficiente.

Além disso, a estrutura para o Setor de Fiscalização deve ser adequada de modo a propiciar a identificação das tarefas necessárias ao alcance dos objetivos estabelecidos; promover organização das funções e responsabilidades; viabilizar informações, recursos e *feedback* aos profissionais da Contabilidade e à sociedade em geral; avaliar desempenhos compatíveis com os objetivos; e condições motivadoras.

Desse modo, os Conselhos Regionais de Contabilidade devem possuir uma estrutura que permita garantir a execução das atividades do Setor de Fiscalização para o cumprimento do seu papel institucional e precípua.



A Vice-presidência de Fiscalização é o órgão executivo do CRC que auxilia a Presidência no planejamento, na execução, na avaliação e no controle dos objetivos estabelecidos para a Fiscalização dos Regionais.

Responde pela Vice-presidência de Fiscalização, Conselheiro do Regional eleito para o desempenho dessa função que atua no sentido de superintender, orientar e coordenar os serviços e as atividades da Fiscalização do CRC.

Para assessorar os trabalhos da Vice-presidência de Fiscalização, o CRC poderá nomear um responsável como Gerente, Chefe ou Coordenador, que responderá diretamente sobre o Setor de Fiscalização.

O Setor de Fiscalização é responsável, exclusivamente, pela atividade fiscalizatória, visando a proteção da sociedade e do interesse público e a valorização da imagem da profissão.

Compete ao Gerente, Chefe ou Coordenador do Setor de Fiscalização assessorar a Vice-presidência de Fiscalização no intuito de garantir o cumprimento do Plano de Trabalho, bem como coordenar os trabalhos técnicos da Fiscalização em todo o estado de jurisdição, controlar e avaliar os resultados alcançados.

Os fiscais e o apoio administrativo estão subordinados ao Gerente, Chefe ou Coordenador do Setor de Fiscalização.

1 – GESTÃO CRCPA	
Presidente	Ian Blois Pinheiro
Vice-Presidente Fiscalização, Ética e Disciplina	Nelson Gustavo Rufino Rocha

1.2 - ÁREA DE FISCALIZAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E FÍSICOS	
Gerente, Chefe ou Coordenador de Fiscalização	Marcelo Roney Raiol Braga
Fiscais (Contadores)	José Adriano Heitor Neves
	Luíza Maíza de Albuquerque
	Tatiana Silva Pes

Assistente Administrativo	Francely de Souza
----------------------------------	-------------------

Recursos físicos	Especificações de computadores/notebook	02 Computadores – Assistente/Estagiária 04 – Notebooks – Coordenação e Fiscais
	Especificações de Scanners	02
	Especificações de impressoras	01
	Outros equipamentos	N/A
Veículos de uso exclusivo da fiscalização	Próprio	01

1.3 - LOCALIZAÇÃO DOS FISCAIS	
Fiscais lotados na sede	José Adriano Heitor Neves Luíza Maíza de Albuquerque Tatiana Silva Pes

2 – PLANO DE TRABALHO ANUAL PREVISTO

2.1 Cabe aos Conselhos Regionais de Contabilidade, a cada ano, instituir um conjunto de ações específicas que necessitam ser desenvolvidas e realizadas, além de definir os meios para obtenção dos resultados pretendidos, devendo estar representado dentro do orçamento de forma compatível, de acordo com a sua aplicabilidade. Tendo em vista o Plano de Trabalho, em linhas gerais, ser constituído por programas, projetos e/ou atividades, ações (previstas e realizadas) e metas a serem alcançadas pela administração é premente que o Setor de Fiscalização, como os demais setores, esteja envolvido no planejamento das atividades.

2.2 É essencial para o atendimento ao interesse público, consagrado na nossa constituição, que a fiscalização atue a fim de assegurar o exercício profissional de pessoas qualificadas e habilitadas para qualidade nos serviços prestados. Com o objetivo de melhor orientar aos Conselhos Regionais de Contabilidade, a Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina remete instruções que deverão ser consideradas quando das propostas das ações fiscalizatórias projetadas para o exercício de 2024.

2.3 Assim, foi observada e considerada como viável a **média mínima de 3,0 (três) procedimentos fiscalizatórios concluídos, por fiscal, por dia**, para que os Regionais realizem seus trabalhos com a adequada qualidade e segurança. De acordo com o Manual de Fiscalização, a fórmula atualmente utilizada é a seguinte: (número de fiscais) X (16 dias) X (11 meses) X 3,0 (procedimentos/fiscal/dia). No entanto, com base no seu contexto e na sua estrutura, *é desejável que o CRC estabeleça meta de fiscalização maior que a mínima.*

A partir do ano de 2024, a meta de fiscalização será mensurada por procedimento fiscalizatório e terá pesos distintos, conforme tabela abaixo:

Procedimento fiscalizatório	Peso	Observação	Mensuração
Decore	1	Por declaração (pode ser por meio de ação específica, por mutirão, realizado durante 1 mês em cada semestre; procedimento interno eletrônico). (concluído)	Relatório: análises técnicas

Análise demonstrações de acordo com as NBCs:			
NBCTG 1002	1	Por conjunto de Demonstrações Contábeis fiscalizadas quando tiver mais de um cliente analisado.	Relatório: análises técnicas
NBCTG 1001	2	Por conjunto de Demonstrações Contábeis fiscalizadas quando tiver mais de um cliente analisado.	Relatório: análises técnicas
NBCTG 1000 e NBCTG 26	3	Por conjunto de Demonstrações Contábeis fiscalizadas quando tiver mais de um cliente analisado.	Relatório: análises técnicas
Entidades desportivas profissionais (ITG 2003)	2	Por conjunto de Demonstrações Contábeis fiscalizadas quando tiver mais de um cliente analisado.	Relatório: análises técnicas
Órgãos Públicos (NBCTSP)	2	Por conjunto de Demonstrações Contábeis fiscalizadas quando tiver mais de um cliente analisado.	Relatório: análises técnicas
Entidade Fechada de Previdência Complementar (ITG 2001)	2	Por conjunto de Demonstrações Contábeis fiscalizadas quando tiver mais de um cliente analisado.	Relatório: análises técnicas
Cooperativas (ITG 2004)	2	Por conjunto de Demonstrações Contábeis fiscalizadas quando tiver mais de um cliente analisado.	Relatório: análises técnicas

Entidades sem Fins Lucrativos (ITG 2002)	2	Por conjunto de Demonstrações Contábeis fiscalizadas quando tiver mais de um cliente analisado.	Relatório: análises técnicas
Relatório (e procedimentos) de auditoria de acordo com as NBCs (por relatório)	3	Por relatório (procedimentos) de auditoria analisados (concluído)	Relatório: análises técnicas
Laudo pericial de acordo com as NBCs (por laudo)	3	Por laudo pericial analisados (concluído)	Relatório: análises técnicas
Registro profissional/PJ/PF RAIS/CAGED/CNAE (1 –	1	Por agendamento concluído	Relatório: agendamentos concluídos
Registro (organização contábil/sócios e funcionários/colaboradores)	1	Por agendamento concluído, independente da quantidade de sócios, responsáveis técnicos e colaboradores analisados.	Relatório: agendamentos concluídos
Falta de escrituração (livros obrigatórios)	1	Por agendamento concluído, independente da quantidade de clientes analisados.	Relatório: agendamentos concluídos
Denúncias/Comunicação de irregularidade			
Procedimento fiscalizatório proativo (descritos acima)		Se o assunto da denúncia/comunicação de irregularidade for relativo a procedimentos fiscalizatórios, o peso	Relatório: agendamentos concluídos

		seguirá a definição destes. (mensuração por agendamento concluído).	
Apropriação indébita, crime contra ordem econômica, fraudes e práticas irregulares	3	Por agendamento concluído.	Relatório: agendamentos concluídos
Outros assuntos não citados nesta tabela	1	Por agendamento concluído.	Relatório: agendamentos concluídos
Representação			
Procedimento fiscalizatório proativo (descritos acima)		Se o assunto da denúncia/comunicação de irregularidade for relativo a procedimentos fiscalizatórios, o peso seguirá a definição destes. (mensuração por agendamento concluído).	Relatório: agendamentos concluídos
Apropriação indébita, crime contra ordem econômica, fraudes e práticas irregulares	3	Por agendamento concluído.	Relatório: agendamentos concluídos
Outros assuntos não citados nesta tabela	1	Por agendamento concluído.	Relatório: agendamentos concluídos

Meta prevista, considerando planilha modelo enviada pelo CFC:

MEMÓRIA DE CÁLCULO - ORÇAMENTO 2024

PROJETOS 2001 e 2002

Metas de Procedimentos Fiscalizatórios

Meta Geral

Número de Fiscais (a)	Dias de trabalho (b)	Meses (c)	Média de procedimentos fiscalizatórios dia (d)	Resultado (a)x(b)x(c)x(d)	Meta Projeto 2001	Meta Projeto 2002
03	16	11	3	1584	792	792

2.4 A quantidade de procedimentos fiscalizatórios de carácter proativo serão realizadas na capital (região metropolitana) e no interior de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho da Vice-Presidência de Fiscalização dos CRCs. O percentual direcionado para “capital” e “interior” será definido pelo CRC.

2.5 Projeto 2001

a. Fiscalização das Organizações Contábeis e Profissional Liberal.

- I. Fiscalização para Proteção ao Exercício Legal – Combate ao exercício ilegal;
- II. Fiscalização do produto fundamental gerado pelo exercício profissional prestado aos clientes tomadores de serviço:
 - ✓ Contabilidade – escrituração contábil e elaboração de demonstração de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.
- III. Fiscalização do cumprimento da NBC PG 12 pelos profissionais que trabalham em Organização Contábil e os seus responsáveis técnicos, bem como os profissionais liberais.
- IV. Fiscalização de Decores emitidas pelos responsáveis técnicos.
- V. Fiscalização de produto específico gerado pelo exercício profissional prestado aos clientes tomadores de serviço:

- ✓ Serviços de auditoria.
- ✓ Serviços de perícia.

VI. Fiscalizações de caráter reativo - As fiscalizações demandadas pela sociedade a respeito do exercício de profissionais e organizações contábeis, ou seja, a apuração de denúncias/representações/comunicações de irregularidades recebidas e admitidas também fará parte da meta. O CRC deve cumprir a meta mínima de apuração de 80% das denúncias/representações/comunicações de irregularidades, observando o prazo máximo de 90 (noventa) dias para a conclusão de seu processamento, conforme estabelecido na Resolução CFC n.º 1.589/20.

Planejamento para o projeto 2001, considerando planilha enviada pelo CFC.

CRONOGRAMA DE FISCALIZAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA EM 2024

CIDADE	FISCAL	BAIRROS
BELÉM	JOSÉ ADRIANO HEITOR NEVES	MARCO / PEDREIRA / UMARIZAL / TELÉGRAFO / FÁTIMA / GUAMÁ / JURUNAS / SÃO BRÁS TERRA FIRME / CANUDOS
	LUÍZA MAÍZA DE ALBUQUERUQE	CASTANHEIRA / MARAMBAIA / MANGUERÃO / TENONÉ / PARQUE VERDE / ICOARACI / SOUZA BENGUÍ / OUTEIRO / TAPANÃ
ANANINDEUA	TATIANA SILVA PES	CENTRO / ÁGUAS BRANCAS / ÁGUAS LINDAS / ATALAIA / AURÁ / CIDADE NOVA / COQUEIRO MAGUARI / GUANABARA / 40 HORAS
MARITUBA		CENTRO / DECOVILLE / URIBOCA / MIRIZAL / SÃO JOÃO / PEDRERINHA

* Fiscalização dos Projetos 2001 e 2002;

** Entrega de intimações e verificações somente em visita in loco.

CRONOGRAMA DE VIAGENS DA FISCALIZAÇÃO/2024

MÊS	FISCAIS	CIDADE(S)	PASSAGENS AÉREAS	DIÁRIAS	ALUGUEL VEÍCULO	SUPRIMENTO	TOTAL
FEVEREIRO	MAIZA/TATIANA	- PARAGOMINAS	NÃO SE APLICA	2 fiscais X 4,5 diárias (9 x R\$366,60) R\$ 3.299,40	Veículo Próprio	R\$ 1.000,00	R\$ 4.299,40
MARCO	ADRIANO/TATIANA	- CASTANHAL	NÃO SE APLICA	2 fiscais X 4,5 diárias (9 x R\$366,60) R\$ 3.299,40	Veículo Próprio	R\$ 500,00	R\$ 3.799,40
ABRIL	MAIZA/TATIANA	- DOM ELIZEU E ULIANÓPOLIS	NÃO SE APLICA	2 fiscais X 4,5 diárias (9 x R\$366,60) R\$ 3.299,40	Veículo Próprio	R\$ 1.000,00	R\$ 4.299,40
MAIO	MAIZA/TATIANA	- ITAITUBA	R\$ 3.500,00	2 fiscais X 5,5 diárias (11 x R\$366,60) R\$ 4.032,60	R\$ 1.500,00	R\$ 1.000,00	R\$ 10.032,60
JUNHO	MAIZA/TATIANA	-ALTAMIRA	R\$ 3.500,00	2 fiscais X 5,5 diárias (11 x R\$468,00) R\$ 5.148,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.000,00	R\$ 11.148,00
AGOSTO	ADRIANO/TATIANA	- MARABÁ	NÃO SE APLICA	2 fiscais X 4,5 diárias (9 x R\$468,00) R\$ 4.212,00	Veículo Próprio	R\$ 1.500,00	R\$ 5.712,00
SETEMBRO	MAIZA/TATIANA	- PARAUPEBAS	NÃO SE APLICA	2 fiscais X 5,5 diárias (9 x R\$366,60) R\$ 4.032,60	Veículo Próprio	R\$ 2.000,00	R\$ 6.032,60
OUTUBRO	ADRIANO/TATIANA	- SANTAREM	R\$ 3.500,00	2 fiscais X 4,5 diárias (9 x R\$468,00) R\$ 4.212,00	R\$ 1.500,00	R\$ 800,00	R\$ 10.012,00
NOVEMBRO	ADRIANO/TATIANA	- REDENÇÃO	NÃO SE APLICA	2 fiscais X 4,5 diárias (9 x R\$366,60) R\$ 3.299,40	Veículo Próprio	R\$ 2.000,00	R\$ 5.299,40
QUALQUER MÊS		- DENÚNCIAS	R\$ 3.500,00	2 fiscais X 6 diárias (6 x R\$366,60) R\$ 4.399,20	Veículo Próprio	R\$ 800,00	R\$ 8.699,20
TOTAL			R\$ 14.000,00	R\$ 39.234,00	R\$ 4.500,00	R\$ 11.600,00	R\$ 69.334,00

TOTAL DO ORÇAMENTO ANUAL	R\$69.334,00
---------------------------------	---------------------



2.6 Projeto 2002

b. Fiscalização das Organizações Não Contábeis

Fiscalização para Proteção ao Exercício Legal – Combate ao exercício ilegal.

- I. Fiscalização dos produtos gerados pelo exercício profissional prestado à Organização Não Contábil:
 - ✓ Contabilidade – análise da escrituração contábil e elaboração de demonstração de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.
 - ✓ Relatórios de Auditoria (e papéis de trabalho) - análise dos trabalhos realizados de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.
- II. Fiscalização do cumprimento da NBC PG 12 pelos responsáveis técnicos contábeis da organização e preparadores das demonstrações contábeis.

Ressalta-se que para distribuição da quantidade de fiscalizações de Organizações Não Contábeis (de Grande, de Médio e de Pequeno Porte), o CRC, com base no contexto e na estrutura da Unidade Federativa, considerará as seguintes:

- a. Empresas Comerciais, Prestadoras de Serviços ou Industriais (NBCTG 1000, 1001 e 1002 e NBCTG 26);
- b. Entidades sem Fins Lucrativos (inclusive Partidos Políticos) (ITG 2002).
- c. Órgãos Públicos (esferas municipal, estadual e federal e poderes executivo, legislativo e judiciário).
- d. Cooperativas (ITG 2004).
- e. Entidades Desportivas (ITG 2003).
- f. Entidade Fechada de Previdência Complementar (ITG 2001).

Apresentar neste item o planejamento para o projeto 2002, considerando planilha modelo enviada.

CRONOGRAMA DE FISCALIZAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA EM 2024

CIDADE	FISCAL	BAIRROS
BELÉM	JOSÉ ADRIANO HEITOR NEVES	MARCO / PEDREIRA / UMARIZAL / TELÉGRAFO / FÁTIMA / GUAMÁ / JURUNAS / SÃO BRÁS TERRA FIRME / CANUDOS
	LUÍZA MAÍZA DE ALBUQUERQUE	CASTANHEIRA / MARAMBAIA / MANGUERÃO / TENONÉ / PARQUE VERDE / ICOARACI / SOUZA BENGUÍ / OUTEIRO / TAPANÃ
ANANINDEUA	TATIANA SILVA PES	CENTRO / ÁGUAS BRANCAS / ÁGUAS LINDAS / ATALAIA / AURÁ / CIDADE NOVA / COQUEIRO MAGUARI / GUANABARA / 40 HORAS
MARITUBA		CENTRO / DECOVILLE / URIBOCA / MIRIZAL / SÃO JOÃO / PEDRERINHA

* Fiscalização dos Projetos 2001 e 2002;

** Entrega de intimações e verificações somente em visita in loco.

CRONOGRAMA DE VIAGENS DA FISCALIZAÇÃO/2024

MÊS	FISCAIS	CIDADE(S)	PASSAGENS AÉREAS	DIÁRIAS	ALUGUEL VEÍCULO	SUPRIMENTO	TOTAL
FEVEREIRO	MAIZA/TATIANA	- PARAGOMINAS	NÃO SE APLICA	2 fiscais X 4,5 diárias (9 x R\$366,60) R\$ 3.299,40	Veículo Próprio	R\$ 1.000,00	R\$ 4.299,40
MARCO	ADRIANO/TATIANA	- CASTANHAL	NÃO SE APLICA	2 fiscais X 4,5 diárias (9 x R\$366,60) R\$ 3.299,40	Veículo Próprio	R\$ 500,00	R\$ 3.799,40
ABRIL	MAIZA/TATIANA	- DOM ELIZEU E ULIANÓPOLIS	NÃO SE APLICA	2 fiscais X 4,5 diárias (9 x R\$366,60) R\$ 3.299,40	Veículo Próprio	R\$ 1.000,00	R\$ 4.299,40
MAIO	MAIZA/TATIANA	- ITAITUBA	R\$ 3.500,00	2 fiscais X 5,5 diárias (11 x R\$366,60) R\$ 4.032,60	R\$ 1.500,00	R\$ 1.000,00	R\$ 10.032,60
JUNHO	MAIZA/TATIANA	-ALTAMIRA	R\$ 3.500,00	2 fiscais X 5,5 diárias (11 x R\$468,00) R\$ 5.148,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.000,00	R\$ 11.148,00
AGOSTO	ADRIANO/TATIANA	- MARABÁ	NÃO SE APLICA	2 fiscais X 4,5 diárias (9 x R\$468,00) R\$ 4.212,00	Veículo Próprio	R\$ 1.500,00	R\$ 5.712,00
SETEMBRO	MAIZA/TATIANA	- PARAUPEBAS	NÃO SE APLICA	2 fiscais X 5,5 diárias (9 x R\$366,60) R\$ 4.032,60	Veículo Próprio	R\$ 2.000,00	R\$ 6.032,60
OUTUBRO	ADRIANO/TATIANA	- SANTAREM	R\$ 3.500,00	2 fiscais X 4,5 diárias (9 x R\$468,00) R\$ 4.212,00	R\$ 1.500,00	R\$ 800,00	R\$ 10.012,00
NOVEMBRO	ADRIANO/TATIANA	- REDENÇÃO	NÃO SE APLICA	2 fiscais X 4,5 diárias (9 x R\$366,60) R\$ 3.299,40	Veículo Próprio	R\$ 2.000,00	R\$ 5.299,40
QUALQUER MÊS		- DENÚNCIAS	R\$ 3.500,00	2 fiscais X 6 diárias (6 x R\$366,60) R\$ 4.399,20	Veículo Próprio	R\$ 800,00	R\$ 8.699,20
TOTAL			R\$ 14.000,00	R\$ 39.234,00	R\$ 4.500,00	R\$ 11.600,00	R\$ 69.334,00

TOTAL DO ORÇAMENTO ANUAL	R\$69.334,00
---------------------------------	---------------------

2.7 Critérios gerais

A orientação é efetuar a distribuição da quantidade de fiscalizações, avaliando os seguintes critérios:

- A realidade do mercado de trabalho local – O mercado pode possuir maior concentração de órgãos públicos, de empresas pequenas, médias e/ou grandes que possuem contabilidade própria ou que terceirizam suas atividades às organizações contábeis. (O CRC irá avaliar se: mercado da região é formado

em maioria por profissionais que atuam na área pública; ou, por profissionais que atuam na área privada, independente do porte ou atividade da empresa, etc.).

b. Diretriz política de atuação da gestão - determinação da gestão do CRC para atuação da fiscalização em área específica, por exemplo: fiscalizar a qualidade das demonstrações contábeis de prefeituras municipais; ou intensificar a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis de empresas privadas da região; ou verificar se os profissionais obrigados infringiram a NBC PG 12; ou, ainda, estimular a fiscalização de profissionais que atuam na área de auditoria e perícia, etc.

c. Profissionais e organizações contábeis não fiscalizados e a reincidência dos autuados - a atuação do CRC deve ser de forma abrangente e com vistas a assegurar a proteção da sociedade. Desta forma, o Conselho deve aferir a necessidade de examinar a massa de profissionais não fiscalizados, dos profissionais que possuem reincidência em processos fiscalizatórios, bem como os profissionais com registros suspensos ou baixados, e se esses continuam realizando serviços contábeis.

d. Eficácia do cumprimento do planejamento – O CRC deve traçar um plano exequível, de acordo com o dimensionamento de recursos financeiros e de pessoal disponíveis para os projetos de Fiscalização. (Por exemplo, despesas com diárias, combustíveis, correspondências, número de fiscais, etc.).

e. Intensificar parcerias via acordo de cooperação técnica, com outros órgãos de fiscalização e de controle, tais como: Tribunais de Contas, Ministério Públicos - promotorias de fundações e de crime contra a ordem econômica e tributária - Corregedoria dos Tribunais de Contas, Secretarias de Fazenda e de Finanças, Juntas Comerciais, dentre outros. Essas parcerias visam mitigar riscos da atividade profissional, coibir o exercício ilegal da profissão e/ou a participação de profissionais da contabilidade em crimes contra a ordem econômica, financeira e tributária, fraude e corrupção.

3 – PARCERIAS COM OUTRAS ENTIDADES PARA CRUZAMENTO DE INFORMAÇÕES

O Conselho Regional de Contabilidade do Pará – CRCPA tentará buscar novos acordos de cooperação e convênios com o intuito de cruzar as informações de profissionais e empresa que explorem serviços de contabilidade com o objetivo de fortalecer a fiscalização.

4 – AÇÕES DE COMBATE AO EXERCÍCIO ILEGAL

Conforme estabelecido na alínea “c” do art. 10 do Decreto-Lei nº9.295/46 no que se refere ao envio “às autoridades competentes de minuciosos documentos e relatórios sobre fatos que apurar, e cuja solução ou repressão não seja de sua alçada”, onde fora apontado no relatório de inspeção CFC nº008/2022, na constatação 8, o CRCPA adotará providências para promover o encaminhamento ao Ministério Público do Pará – MPPA de provas e



documentos que indicam a infração de exercício ilegal da profissão de Leigos e de Diplomadas sem registro. Desta forma, estará sendo definido com o setor jurídico para a criação desta rotina.

5 – AÇÕES EDUCATIVAS COMO FORMA DE FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA

O Conselho Regional de Contabilidade do Pará, através do Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina, senhor Nelson Gustavo Rufino Rocha, já vem ministrando palestras sobre a conscientização da Fiscalização do CRCPA, bem como prevenir possíveis irregularidades a classe contábeis em eventos realizados pelo setor de Desenvolvimento Profissional em todo estado do Pará. O Vice-Presidente de Registro, senhor Rodrigo Silva Cavalcante, através da Câmara de Registro e em parceria também com o setor de Desenvolvimento Profissional, também vem ministrando palestras nesses eventos sobre a conscientização de se ter o registro profissional e registro de organização contábil ativo no Conselho de Classe para que não venha cometer irregularidades, para que não tenha ações reativas ou proativas do setor de fiscalização do CRCPA. Dessa forma, o Conselho continuará realizando este tipo de palestra com o objetivo de conscientizar o profissional com essas ações educativas.

6 - ORÇAMENTO DESTINADO A FISCALIZAÇÃO

(inserir neste item o orçamento destinado à fiscalização, com intuito de identificar os recursos financeiros destinados à execução da fiscalização, de forma adequada e específica a este fim, informando o percentual relativo ao orçamento total. As informações dos campos abaixo, quando for o caso, deverão ser buscadas junto às áreas administrativas do CRC).

MEMÓRIA DE CÁLCULO - ORÇAMENTO 2024

ORÇAMENTO DESTINADO A FISCALIZAÇÃO

CRCPA	Gastos c/ Veículos - fiscalização in loco	Diárias funcionários	Diárias Conselheiros Fiscalização	Salários e encargos dos fiscais e auxiliares	Manutenção dos veículos	Renovação ou aluguel da frota	Serviços de Correspondência	Outras Despesas	Total	% do Orçamento do CRCPA
	R\$11.600,00	R\$39.234,00	R\$6.809,40	R\$939.436,84	R\$1.000,00	R\$4.500,00	R\$25.200,00	R\$26.000,00	R\$1.053.780,24	15,05%

Nota de esclarecimento:

*Valor referente as despesas de passagens aéreas de funcionários e conselheiros, auxílio deslocamento, estacionamentos e Despesas Miúdas de Pronto Pagamento.